

MUDANÇA E TRANSIÇÃO EM FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS

Geraldo Romanelli *

INTRODUÇÃO

A família nuclear, constituída por marido, esposa e filhos, considerada unidade duradoura e forma modelar da vida doméstica das camadas médias, vem passando por certas alterações que suscitam indagações acerca dos motivos que impulsionam as modificações e de seus efeitos sobre a estabilidade e a continuidade do modelo nuclear. Presentes no cotidiano, essas mudanças — que, às vezes, ocorrem de modo tênue e hesitante e, outras vezes, expressam-se mais intensamente —, manifestam-se nas formas de sociabilidade entre os componentes da unidade doméstica e em suas representações, isto é, nas imagens e idéias existentes sobre a família.

Nas avaliações correntes em torno dessa transformação, sejam elas fundadas no senso comum ou no conhecimento científico, tais alterações na família ora são apreendidas como positivas, porque permitem o estabelecimento de relações mais livres em seu interior, ora são qualificadas como negativas, pois ameaçam destruir uma instituição considerada essencial para a reprodução da sociedade.

Nesse quadro de tendências oscilantes, no qual experiências inovadoras convivem com formas convencionais de sociabilidade e de representações, ocorre a reprodução da vida familiar. É assim que a emergência de condutas diferenciadas, se não transforma integralmente o modelo nuclear, nele introduz transformações significativas.

O propósito deste texto é levantar algumas alterações no modelo de família e examinar o modo como um segmento das camadas médias incorpora padrões alternativos nas relações domésticas.

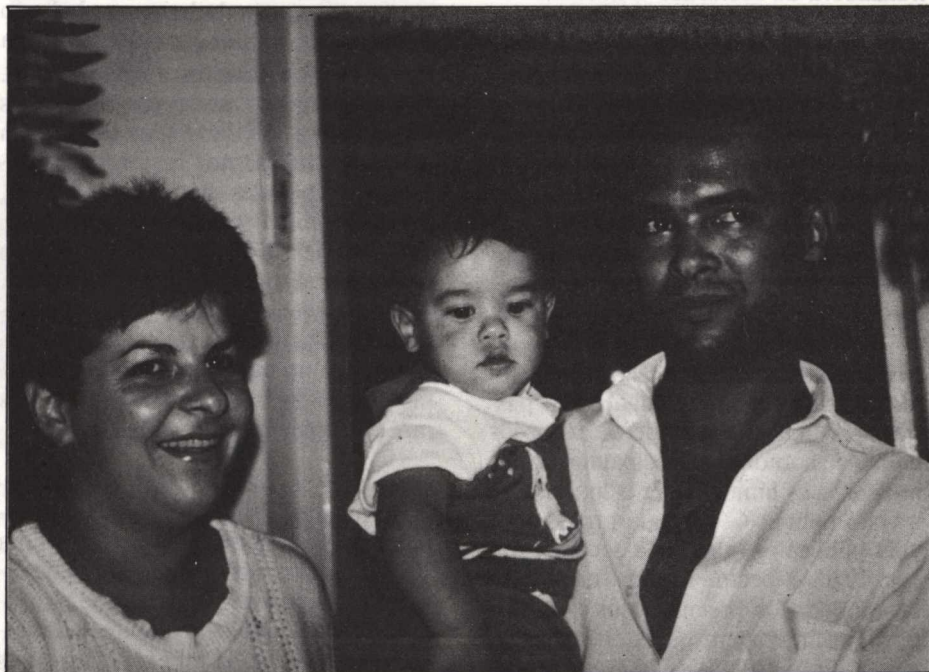


Foto: Monica Lucia da Silva

O MODELO DE FAMÍLIA E AS CAMADAS MÉDIAS

A família é um grupo de convivência no qual, tanto as formas de sociabilidade, como a afetividade que as permeia, são orientadas por modelos ou padrões culturais. Como em qualquer dimensão da vida social, as modalidades de conduta na família são regidas por modelos, que são representações criadas na prática coletiva e que constituem elementos ordenadores das relações domésticas (Durham, 1983). O modelo predominante na sociedade brasileira é o da família nuclear, cujos atributos básicos são a dominância masculina, exercida em uma estrutura hierarquizada de poder e autoridade, a divisão sexual do trabalho, a presença de vínculos afetivos entre marido e esposa e entre pais e filhos, o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual. Esse modelo torna-se hegemônico ao

ser erigido em referencial básico para a constituição da vida familiar.

No entanto, tal arranjo não se efetiva de uma única maneira entre as camadas médias, em virtude de sua composição. Nessas camadas de trabalhadores não-manuais há uma heterogeneidade bastante grande, decorrente dos atributos sociais de seus integrantes, relacionados à atividade profissional, ao prestígio social a ela associado, ao montante de rendimentos e ao grau de escolaridade. Além disso, no plano simbólico, as camadas médias apresentam internamente um repertório cultural diferenciado que resulta na elaboração de estilos de vida também distintos. O modo como interpretam, selecionam e implementam os traços do modelo hegemônico fica, portanto, subordinado a essa dupla diversidade. Encontram-se, assim, no interior dessas camadas, certos segmentos diversificados que assumem posturas inovadoras

ou convencionais face às mudanças que ocorrem na sociedade e na família.

MODERNIZAÇÃO SOCIETÁRIA E MODERNIDADE CULTURAL

Para examinarem-se as mudanças na família, alinham-se aqui algumas transformações da sociedade brasileira, que repercutem nessa instituição. A modernização societária, intensificada na década de 60, durante o regime militar, gera um modelo de desenvolvimento econômico que alarga a desigualdade na distribuição da renda e acarreta a redução do poder aquisitivo da maioria das famílias. O processo modernizador diversifica o sistema produtivo que passa a oferecer novos produtos, dotados de alto valor simbólico, cuja aquisição confere prestígio e modernidade a seus usuários.

Para enfrentar a diminuição na renda e para ter acesso a novos bens de consumo, inúmeras famílias são obrigadas a ampliar o número de seus integrantes no mercado de trabalho, incluindo nele mesmo as esposas. A participação, cada vez maior, das esposas na composição da renda familiar estabelece novas relações na família e contribui para alterar as representações sobre o papel feminino.

A modernização do sistema produtivo e do estilo de consumo das camadas médias ocorre em um período marcado pela repressão política e pela censura contra modalidades de conduta qualificadas como questionadoras de modelos hegemônicos. Entretanto, essas pressões não logram impedir o surgimento, no final dos anos 60, de traços de modernidade cultural que criticam e condenam padrões trazidos pela modernização societária, bem como aqueles associados a uma postura conservadora.

Nos grandes centros urbanos, entre jovens das camadas médias, dotados de relativa autonomia cultural e financeira, começam a aflorar novas formas de expressão da afetividade e da sexualidade, a par de concepções alternativas acerca da organização familiar. Ao mesmo tempo, padrões tradicionais de conduta são submetidos a reavaliações de caráter distinto, pelo feminismo, pelo "psicologismo" e ainda por alguns produtos da indústria cultural. Parte

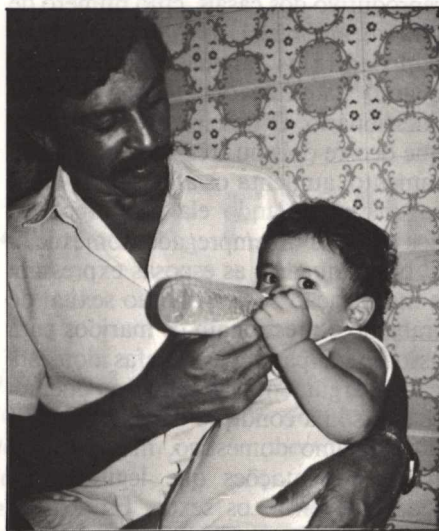


Foto: Monica Lucia da Silva

dessa produção, como pornochanchadas e revistas destinadas ao público masculino e feminino, passa a tratar de modo não-convencional certas relações interpessoais, como afetividade, sexualidade, casamento. Embora ainda apegados a uma concepção conservadora, tais produtos abrem espaço para a apresentação de condutas femininas sexualmente mais livres e menos submetidas ao modelo de moralidade vigente. A combinação de atributos femininos inovadores com padrões convencionais, se gera ambiguidade, e se refaz a dupla moral sexual, também colabora, embora de modo difuso, na constituição de elementos simbólicos que permitem questionar o código ético prevalente.

Nesse mesmo período, os meios de comunicação de massa passam a divulgar princípios e conceitos da psicologia e da psicanálise, de modo muitas vezes vulgarizado e distorcido, dando origem ao "psicologismo" (Russo, 1987). Essa disseminação vem subsidiar, de forma supostamente científica, críticas dirigidas às relações na família, considerada como instituição repressora da individualidade e da liberdade do sujeito.

Na década de 70, o movimento feminista que se difunde, propõe a igualdade de direitos para as mulheres, sobretudo no trabalho e na família. O feminismo denuncia a organização das relações na família pela violência praticada em seu interior contra mulheres e crianças, pela vigência da dupla moral sexual, pela educação desigual proporcionada ao sexo feminino, atribuindo a essa instituição a responsabilidade pela dominação masculina.

Obviamente as propostas do feminis-

mo e do "psicologismo" são mais amplas e complexas do que é apresentado aqui de forma sintética. Contudo, apesar dos conteúdos e fundamentos diversos, as reivindicações feministas, as demandas do "psicologismo" e os valores presentes em produtos da indústria cultural, vêm dar legitimidade a condutas que já estavam sendo vividas por uma parcela da população jovem. Realimentando-se reciprocamente, a difusão de novas representações originárias dessas fontes, valorizam a igualdade entre os sexos, a autonomia do sujeito diante do controle familiar, a maior liberdade na expressão afetiva e sexual e, de modo ambíguo e vacilante, contrapõem-se aos princípios sustentadores do modelo de família. Se esse modelo não é anulado, nem perde sua eficácia, deixa de ser o único referencial para se pensar a vida doméstica. Além disso, é necessário esclarecer que nem representações, nem condutas inovadoras foram — ou são — aceitas e endossadas por todos os integrantes das camadas médias.

A MODERNIDADE CULTURAL E A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

É no interior de um segmento relativamente jovem, com escolaridade superior e com maior acesso a novas concepções que as alterações na vida doméstica são mais visíveis.

A partir de resultados de pesquisa realizada na cidade de São Paulo, com famílias desse segmento (Romanelli, 1986), verificam-se algumas mudanças na conduta doméstica. O material empírico que fundamenta a análise resulta de entrevistas em profundidade com dez casais, com duração média de duas horas, e da aplicação de 154 questionários.

Os casais estão na faixa etária de 31 a 42 anos, e a idade dos filhos oscila de dois a treze anos. Marido e esposa cursaram universidades públicas, nas quais estiveram expostos a linhas de pensamento diversificadas e à influência de condutas inovadoras. Assim, tiveram oportunidade de entrar em contato com concepções críticas e politizadas sobre a sociedade e as relações familiares.

O casamento desses casais, ocorrido na primeira metade da década de 70, é parte de um projeto de vida, pautado por representações modernizantes que envolvem a realização de aspirações associadas à vida conjugal, à reprodução

biológica, ao futuro dos filhos e à ascensão social. A representação sobre o matrimônio funda-se na suposição de que é possível manter relações igualitárias entre parceiros, e é mais intensa para as mulheres, embora não esteja ausente do discurso masculino. Esses casais consideram o casamento como união entre pessoas com os mesmos direitos, ligadas pela afetividade e por um patrimônio cultural comum. Entretanto, como tal representação de casamento afasta-se do modelo predominante, e como marido e esposa não desejam reeditar a forma de relacionamento de seus pais, deparam-se com situações para as quais não há orientações claras para por em prática as propostas de igualdade e de preservação da autonomia de cada um.

Da perspectiva masculina, o matrimônio é união com mulheres que já eram trabalhadoras e produtoras de rendimento, e que continuam a sê-lo. Todas as esposas exerciam atividade profissional antes de se casar, desfrutando de relativa liberdade e autonomia em suas famílias. Para elas, portanto, a união conjugal não significa dependência financeira do marido, mas supõe a continuidade do trabalho com vistas ao avanço profissional e econômico. Já que para os maridos o casamento é pensado como criação de vínculos com mulheres que são elementos produtivos, é a partir dessa igualdade de direito ao trabalho, mas não necessariamente na família, que os casais constituem-se. Desde o início da vida conjugal, os rendimentos femininos são essenciais para a composição do orçamento doméstico e para a viabilização do projeto ascensional. Como os maridos não são os únicos provedores — e nem os provedores principais —, pois os ganhos femininos igualam-se aos deles, quando não os ultrapassam, as esposas dispõem de recursos estratégicos para propor relações mais equilibradas e para recusar a submissão ao poder masculino.

A reprodução biológica desses casais depende da avaliação que fazem de suas condições financeiras, tendo em vista o projeto de escolarização prolongada para os filhos e os cuidados que os pais, mas sobretudo a mãe, podem dispensar-lhes, a fim de assegurar-lhes uma socialização condizente com o projeto de ascensão social. Tais avaliações condicionam o comportamento

reprodutivo dos casais, cujo número de filhos é, em média, de 1,8 por unidade, tanto entre as famílias entrevistadas, quanto naquelas que responderam o questionário. O nascimento dos filhos, que ocorre dois ou três anos após o casamento, aumenta os afazeres da esposa, mesmo quando ela pode recorrer aos serviços de empregada doméstica.

Nesse quadro, as esposas expressam a insatisfação com a divisão sexual do trabalho e pressionam os maridos para assumirem parte das tarefas domésticas. A argumentação feminina ancorase não só na condição de co-provedora do consumo doméstico, mas também nas representações que legitimam a igualdade entre os sexos. Embora os maridos tenham uma prática inovadora e um discurso igualitário, o apego a valores institucionalizados, conduz a um processo longo de negociação. Nessa negociação, fundada no diálogo constantemente retomado entre os cônjuges, os maridos assumem alguns encargos familiares. Dentre eles, os cuidados com os filhos, como a higiene corporal, a alimentação, o transporte para diferentes locais, o acompanhamento das tarefas escolares. O genitor começa a atuar em uma área considerada de competência feminina, e que é percebida como decorrência e extensão da maternidade, configurando-se como atribuição natural da mãe. A inclusão do pai na produção de valores de uso na órbita do privado, aproxima-o dos filhos e estabelece novas formas de sociabilidade na família. Porém, a inserção masculina em um universo associado à dimensão da vida interior e da subjetividade, desloca o genitor para um espaço de indeterminação cultural, no qual ele não encontra modelos para orientar sua conduta. À medida que os pais assumem algumas ocupações com a prole, esse universo de atividades tende a dessexualizar-se e a relação entre os genitores e os filhos deixa de ser totalmente mediada pelas mães. Com isso, introduz-se uma importante mudança nas relações familiares que permite estabelecer, ainda de modo incipiente, um novo modo de vivenciar a paternidade.

Se essa alteração cria uma situação de indeterminação cultural para o genitor, o mesmo não ocorre com a inclusão da esposa na esfera pública do mercado de trabalho, que é considerada positiva e é sustentada por representações que a legitimam.

As representações que organizam a socialização infantil fundam-se na visão psicologizada e politizada dos casais, que procuram evitar imposições sobre os filhos. O esforço de pais e mães caminha no sentido de eliminar o modelo hierarquizado de relações na família, e o processo socializador é articulado menos pela imposição de modelos, do que por orientações visando assegurar a liberdade de expressão dos filhos.

Desse modo, a introdução de condutas inovadoras amplia a liberdade e a autonomia das esposas e dos filhos e limita a autoridade dos maridos, criando relações mais equilibradas na família. No entanto, a necessidade de conciliar interesses individuais distintos e, por vezes, conflitantes exige um constante processo de negociação e de procura de diretrizes para ordenar a vida doméstica.

Essas famílias introduzem alterações significativas no núcleo das relações domésticas, contribuindo para a transformação do modelo hegemônico da instituição. Entretanto, as mudanças que estão em processo de construção permanecem presas a inúmeras ambiguidades e apresentam um caráter fluido e ainda pouco nítido. Por isso, os integrantes dessas unidades muitas vezes oscilam entre a adoção de condutas inovadoras e daquelas vinculadas aos valores convencionais, movimento pendular que caracteriza a situação de transição em que vivem.

Nesse sentido, tais famílias assumem uma posição de vanguarda na ordenação da vida doméstica que, de modo algum, é geral no interior das camadas médias, mas representa a posição de um segmento específico.

** Geraldo Romanelli é professor de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto — USP*

BIBLIOGRAFIA

- DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: et — alii. *Perspectivas antropológicas da mulher* 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1983
- ROMANELLI, G. *Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade*. São Paulo, Tese de doutorado, FFLCH/USP, Dep. de Ciências Sociais, 1986 (mimeo)
- RUSSO, J.A. A difusão da psicanálise nos anos 70: indicações para uma análise. In: RIBEIRO, I. (org.) *Família e valores*. Rio de Janeiro, Loyola, 1987